

Relato de Experiência: a Feira do Guará como Espaço para Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

Andressa Rodrigues Brignol¹

¹Mestre em Nutrição Humana, Programa de Pós-graduação em Nutrição Humana, Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

As feiras livres desempenham um papel fundamental na promoção de uma alimentação adequada e saudável, servindo como espaços privilegiados para a oferta de alimentos frescos e diversificados, diretamente acessíveis à população (BRASIL, 2014). Diferente de outros formatos de comércio, as feiras possibilitam uma interação direta entre consumidores e produtores, facilitando o acesso a alimentos *in natura*, minimamente processados e, muitas vezes, regionais (BRASIL, 2013). Esses espaços representam mais do que apenas locais de comercialização; são instrumentos de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assegurando não apenas a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente, mas também o respeito às tradições culturais e à qualidade nutricional dos produtos (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008).

O DHAA, previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346/2006, reforça que a alimentação adequada deve ser garantida pelo poder público e é um direito fundamental da pessoa humana. As feiras livres, por suas características de oferta de alimentos frescos e de variada qualidade nutricional, promovem a segurança alimentar e nutricional, além de contribuir para a sustentabilidade econômica de pequenos produtores e comerciantes locais (BARBOSA et al., 2022). Ao respeitar as especificidades culturais e proporcionar uma relação mais transparente na aquisição de alimentos, as feiras se consolidam como ferramentas importantes para o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, com impactos positivos na saúde pública e na valorização de práticas alimentares mais equilibradas e naturais (BRASIL, 2014; CRUZ et al., 2022).

Nesse sentido, analisar o papel das feiras livres no contexto da promoção de uma alimentação saudável e adequada, à luz do DHAA, se torna essencial para compreender como esses espaços podem colaborar ativamente na garantia desse direito fundamental. O presente relato de experiência teve por objetivo observar como os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) se manifestam em uma feira permanente do Distrito Federal.

METODOLOGIA

Entrevistas e observações

Durante a visita, foram realizadas entrevistas com comerciantes que vendiam alimentos *in natura* e minimamente processados, como frutas e hortaliças. As entrevistas foram feitas de forma não-estruturada para estimular respostas livres dos participantes (Fraser et al., 2004). Desse modo, a conversa poderia ocorrer de modo mais flexível, possibilitando ao entrevistador explorar o tema de diferentes formas com os entrevistados, assegurando uma investigação mais aprofundada e subjetiva sobre o tema. Além disso, nesse formato, a entrevista poderia ter mais liberdade de ser conduzida em direção à reflexão dos entrevistados acerca da importância da feira como um espaço promotor de uma alimentação saudável e protetora da cultura alimentar (Fraser et al., 2004).

As entrevistas forneceram as seguintes informações: (a) origem dos alimentos comercializados na feira; (b) uso de agrotóxicos nos alimentos comercializados na feira; (c) cultura e diversidade alimentar dos alimentos comercializados na feira; e (d) impactos econômicos e sociais da feira. Observações sobre o ambiente alimentar que pudessem somar ao objetivo do presente relato de experiência também foram feitas pela pesquisadora e registradas durante a visita.

As informações das entrevistas e das observações foram anotadas no momento da visita, em um caderno de pauta, sendo posteriormente transferidas para um documento Word®, versão 2018. A visita foi realizada no mês de setembro de 2018.

RESULTADOS

Foram entrevistados dez feirantes que trabalhavam em bancas de diferentes portes e que comercializavam diversos tipos de frutas e hortaliças. Os aspectos observados nas entrevistas encontram-se descritos a seguir.

Origem dos alimentos: foi constatado que a maioria dos feirantes não são produtores diretos dos alimentos. Cinco relatam que os adquirem em outras feiras locais de maior dimensão e na Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF). Quatro feirantes relataram obter seus produtos de outros estados como Bahia, São Paulo e Minas Gerais. Um feirante relatou produzir parte dos vegetais vendidos em sua propriedade localizada em Brazlândia, Distrito Federal.

Uso de agrotóxicos: dois feirantes relataram comercializar alimentos cultivados sem o uso de agrotóxicos (banana, alface e agrião). Os demais declararam que comercializam alimentos cultivados com o uso de agrotóxicos. Nenhum comerciante soube relatar qual substância química havia sido utilizada como agrotóxico durante o plantio.

Cultura alimentar e diversidade: foi constatada forte influência da cultura nordestina no local, evidenciada por produtos típicos, como cajuína, caldo de cana e o uso de termos como “macaxeira” para a mandioca. A diversidade alimentar é ampla, com uma oferta variada de frutas e hortaliças, contribuindo para a qualidade nutricional dos produtos oferecidos.

Impactos Econômicos e Sociais: os dez comerciantes descreveram o trabalho na feira como uma importante fonte de sustento familiar. Dois relataram ser aposentados de outros empregos, mas utilizam os rendimentos do comércio para complementar a renda. Cinco comerciantes disseram que a banca é de propriedade da família, e por isso revezam seu trabalho com outros familiares. Um dos feirantes, inclusive, relatou trabalhar no local desde os 14 anos, pelo fato da banca ser de propriedade de sua família.

Considerações Finais

A Feira do Guará, além de seu papel tradicional na venda de vestuário, se mostra um importante ponto de comercialização de alimentos naturais e de qualidade. A diversidade dos produtos e o respeito à cultura alimentar da região fazem da feira um espaço relevante para a promoção do DHAA. A feira não apenas contribui para a oferta de alimentos saudáveis à população, como também desempenha um papel social ao gerar sustento para as famílias envolvidas.

A experiência reforça a importância de políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional, conforme estabelecido na LOSAN (BRASIL, 2006), que afirma: “*A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal.*”

Essa visita proporcionou um olhar atento para o papel das feiras livres como espaços que, apesar das adversidades econômicas e de mercado, promovem o acesso a uma alimentação de qualidade, respeitando as tradições culturais e fortalecendo a economia local.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, BB; PENHA, ED DOS S.; CARIOCA, AAF. Ambiente alimentar da capital econômica do Nordeste: disparidades sociais e territoriais na disponibilidade de estoques de alimentos. **Revista de Nutrição**, v. 35, p. e210060, 2022.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

2

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p.



CRUZ, M. S.; RIBEIRO, E. M.; PERONDI, M. A.; ARAUJO, A. M.; MALTEZ, M. A. P. F. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, 2022.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G.. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 14, n. 28, p. 139–152, maio 2004.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea - DOI 10.5216/ag.v2i2.4710. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008.